

Inteliplan Participações S.A.

Demonstrações financeiras
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos Patrimoniais	7
Demonstrações de Resultado	8
Demonstrações do Resultado Abrangente	9
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Administradores da
Inteliplan Participações S.A.
Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Inteliplan Participações S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Inteliplan Participações S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa 1, chamamos a atenção para o fato de que a Companhia encontra-se sem atividades operacionais, e que seus acionistas estão avaliando novas oportunidades comerciais. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Luis Claudio França de Araujo
Contador CRC RJ-091559/O-4


Inteliplan Participações S.A.

Balancos Patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, centavos omitidos)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo e Patrimônio líquido	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	25.663	60.683	Contribuição social a recolher		600	141
Imposto de renda a recuperar	5	4.505	4.133	Total do Passivo Circulante		<u>600</u>	<u>141</u>
Total do Ativo Circulante		<u>30.168</u>	<u>64.816</u>				
Não Circulante				Patrimônio líquido	7		
Direitos sobre créditos	6	380.422	377.688	Capital social		394.419	394.419
Total do Ativo Não Circulante		<u>380.422</u>	<u>377.688</u>	Reserva de lucros		47.944	95.592
				Prejuizos acumulados		(32.373)	(47.648)
				Total do Patrimônio Líquido		<u>409.990</u>	<u>442.363</u>
Total do Ativo		<u><u>410.590</u></u>	<u><u>442.504</u></u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u><u>410.590</u></u>	<u><u>442.504</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

60DA03F0454E474...

Inteliplan Participações S.A.**Demonstrações de Resultados**
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024*(Em reais, centavos omitidos)*

	<u>Nota</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas (Despesas) operacionais:			
Resultado de equivalência patrimonial	8	-	60
Despesas tributárias	9	(2.000)	(2.262)
Despesas administrativas	10	(34.082)	(51.541)
Resultado operacional antes do resultado financeiro do imposto de renda e da contribuição social		<u>(36.082)</u>	<u>(53.743)</u>
Resultados financeiros			
Receitas financeiras	11	4.880	8.007
Resultados antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(31.202)</u>	<u>(45.736)</u>
Imposto de renda e contribuição social - corrente	12	(1.171)	(1.912)
Prejuízo do exercício		<u>(32.373)</u>	<u>(47.648)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

60DA03F0454E474...

INTELIPLAN PARTICIPAÇÕES S.A.

**Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Prejuízo do exercício	(32.373)	(47.648)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultados abrangentes dos exercícios	<u><u>(32.373)</u></u>	<u><u>(47.648)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:
Marcelo Seixas
60DA03F0454E474...


Inteliplan Participações S.A.

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

(Em reais, centavos omitidos)

	Reservas de lucros			Prejuízos acumulados	Total
	Capital Social	Reserva Legal	Retenções de Lucros		
Saldos em 01 de janeiro de 2024	9.591.253	95.444	111	-	9.686.808
Reserva de lucros de 2023	-	-	37	-	37
Redução de capital	(9.196.834)	-	-	-	(9.196.834)
Prejuízo do exercício	-	-	-	(47.648)	(47.648)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	394.419	95.444	148	(47.648)	442.363
Absorção do prejuízo	-	(47.500)	(148)	47.648	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	(32.373)	(32.373)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	394.419	47.944	-	(32.373)	409.990

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

 60DA03F0454E474...


Inteliplan Participações S.A.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024

(Em reais, centavos omitidos)

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(31.202)	(45.736)
Ajuste sobre o resultado do exercício:		
Equivalência patrimonial	-	(60)
Variações monetárias ativas	-	(40)
(Aumento)/Redução de ativos operacionais:		
Imposto de renda a recuperar	(372)	(679)
Aumento/(Redução) de passivos operacionais:		
Contribuição social a recolher	<u>459</u>	<u>(203)</u>
Caixa utilizado nas atividades operacionais	<u>(31.115)</u>	<u>(46.718)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.171)	(1.912)
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(32.286)</u>	<u>(48.630)</u>
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Direito sobre Créditos	<u>(2.734)</u>	<u>(1.750)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(2.734)</u>	<u>(1.750)</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(35.020)</u>	<u>(50.380)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	60.683	111.063
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FINAL DO EXERCÍCIO	<u>25.663</u>	<u>60.683</u>
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(35.020)</u>	<u>(50.380)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DocuSigned by:

60DA03F0454E474...

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

1. Contexto operacional

A Inteliplan Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital fechado com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, a participação em empreendimentos imobiliários e a participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 4 de abril de 2013, a Companhia adquiriu 99,99% do capital social da empresa P.I. Participações e Aquisições Ltda. (“P.I.”), pelo montante de R\$ 6.714.215. A P.I. é uma sociedade limitada com prazo de duração indeterminado e tem como objeto a participação e aquisição: (i) em direitos autorais, de artistas e conexos, bem como em toda relação de crédito relacionada a direitos de propriedade intelectual; (ii) em direitos creditórios que estejam vencidos e pendentes de pagamento quando de sua cessão para a sociedade; (iii) em direitos creditórios decorrentes de receitas públicas originárias ou derivadas da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como suas autarquias e fundações; (iv) em direitos creditórios que resultem de ações judiciais em curso, constituam seu objeto de litígio, ou tenham sido judicialmente penhorados ou dados em garantia; (v) em direitos creditórios cuja constituição ou validade jurídica da cessão para a sociedade seja considerada um fator preponderante de risco; (vi) em direitos creditórios originados de empresas em processo de recuperação judicial ou extrajudicial; (vii) em direitos creditórios de existência futura e montante desconhecido, desde que emergentes de relações já constituídas; (viii) em direitos creditórios de natureza diversa, não enquadráveis no disposto no inciso I do artigo 2º da instrução CVM nº 356, de 17 de dezembro de 2001.

A Companhia encontra-se sem atividades operacionais e seus acionistas estão avaliando novas oportunidades comerciais. Até que a Companhia gere recursos suficientes para honrar seus compromissos, a continuidade das atividades da Companhia depende do suporte financeiro por parte dos acionistas o qual detém capacidade financeira suficiente e intenção de subsidiar os gastos e os compromissos financeiros necessários.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

2. Apresentação das demonstrações financeiras

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e Resoluções emitidas pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas.

A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A Diretoria aprovou e autorizou estas demonstrações financeiras em 20 de março de 2026.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo

c) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera ("moeda funcional").

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2024.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

3. Políticas contábeis materiais

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

a) Instrumentos financeiros

i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Companhia e sua controlada reconhecem os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia e sua controlada incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

ii) *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torne uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

iii) *Instrumentos financeiros derivativos*

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

b) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções de tributos federais.

c) Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São calculados e registrados com base nas alíquotas e critérios fiscais vigentes na data de elaboração das demonstrações financeiras. A Companhia adota o regime de apuração pelo lucro presumido, resultante da aplicação do percentual de presunção de lucro de 32% sobre a receita bruta, onde o imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10%, sobre a parcela que exceder a R\$ 240.000 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada com base no resultante da aplicação do percentual de presunção de lucro de 32%, com base na alíquota de 9%.

Imposto de renda e contribuição social diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, se reconhecidos, são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos ou passivos e o seu respectivo valor contábil, bem como sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os decorrentes créditos tributários serão registrados somente quando a Companhia apresentar histórico e projeções de lucros tributários.

Incertezas sobre tratamento de impostos.

Trata da contabilização dos tributos sobre o rendimento nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza associada tratamentos tributários.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

A Interpretação aborda especificamente o seguinte:

- Se a entidade considera tratamentos tributários incertos separadamente;
- As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais;
- Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto; e
- Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias.

d) Ajuste por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

São demonstrados pelo valor de custo histórico de aquisição diminuído do valor da depreciação, utilizando-se taxas que levam em conta o tempo de vida útil estimado dos bens.

Uma provisão para ajuste ao valor de recuperabilidade do custo do bem (“*impairment*”) é requerida quando os valores registrados na contabilidade são superiores à geração de caixa futura do referido bem. A Administração da Companhia avaliou que não há necessidade de constituição desta provisão.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Bancos	476	207
Aplicações financeiras	<u>25.187</u>	<u>60.476</u>
	25.663	60.683

As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundo de investimento de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. No exercício a rentabilidade média foi de 99,18% do CDI (88,00% em 2024). A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

Fundo	Instituição financeira administradora	31/12/2025		31/12/2024	
		Quantidade de cotas	Valor	Quantidade de cotas	Valor
Itaú Soberano RF Simples FICFI	Itaú	307,98	25.187	844,65	60.476

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

5. Imposto de renda a recuperar

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
IRPJ a recuperar	<u>4.505</u>	<u>4.133</u>

6. Direitos creditórios

Representado por Escrituras públicas de Cessão de Direitos e Associação, firmadas em abril de 2013, entre a P.I., João Gilberto Pereira de Oliveira e terceiros.

Em decorrência da redução de capital ocorrida em 2023 na P.I., a Companhia detém 45% sobre todo e qualquer direito sobre os créditos que João Gilberto venha a receber relacionados a toda e qualquer nova ação judicial que venha a ser ajuizada em face do Grupo EMI ou de terceiros, no Brasil e/ou no exterior (os "Direitos Creditórios"); e 45% sobre todo e qualquer direito autoral e conexo de cunho patrimonial de titularidade de João Gilberto, no que se refere às Obras e Interpretações da Fase EMI.

Em 17 de outubro de 2023, após a apresentação de uma série de impugnações ao laudo pela EMI, a 14ª Câmara de Direito Privado do TJRJ homologou o laudo, encerrando a fase de liquidação da sentença e fixando o valor de R\$ 150.101.994 (em Reais) como devido pela EMI na data-base de 31 de janeiro de 2023. Em 26 de outubro de 2023, a EMI assim como a P.I. e o Espólio, opuseram embargos de declaração ao acórdão. Contudo, o valor homologado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro ainda poderá ser questionado pela EMI, como vem sendo feito, razão pela qual se deve aguardar o esgotamento das vias impugnativas para que se tenha conhecimento do valor exato a ser encontrado a título de condenação

Os direitos creditórios estão contabilizados a custo, pois não há bases alternativas para mensurar o valor justo.

Em 20 de outubro de 2023 a P.I. aprovou a redução de capital conforme a 23ª alteração contratual, no valor de R\$ 2.977.183, mediante a:

(i) dispensa das prestações ainda devidas, pela Companhia, decorrentes de subscrição em aumento de capital social aprovado na 13ª alteração contratual da Sociedade, perfazendo o valor total de R\$ 2.601.244.

(ii) transferência à Companhia, da totalidade dos Direitos Creditórios e Direitos Autorais e Conexos definidos e descritos na Cláusula Primeira da Escritura Pública de Cessão de Direitos e Associação, entre a P.I. e João Gilberto Pereira de Oliveira, conforme aditada pela Escritura Pública de Aditamento à Escritura Pública de Cessão de Direitos e Associação em 08/05/2015 ("Escritura de Cessão de Direitos"), bem como todos os direitos e obrigações a eles inerentes conforme previstos na Escritura de Cessão de Direitos, no valor total de R\$ 375.938 com base nos valores contábeis apurados no balanço de 30/09/2023.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

6. Direitos creditórios-- Continuação

Movimentação da cessão de direitos (em reais, com centavos omitidos)	
Saldo em 31/12/2023	375.938
(+) Adições	1.750
Saldo em 31/12/2024	377.688
(+) Adições	2.734
Saldo em 31/12/2025	380.422

7. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social está representado por 66.647.612 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 10.000.000.000 (dez bilhões) de ações, mediante deliberação do Conselho de Administração.

Em 05 de março de 2024, conforme Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado a redução de capital social da Companhia no montante de R\$ 9.196.834, passando o mesmo de R\$ 9.591.253 para R\$ 394.419.

b) Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, até atingir o limite de 20% do capital social, fixado pela legislação societária.

c) Reserva de retenção de lucros

Essa reserva é constituída com o saldo remanescente do lucro líquido ajustado, com a finalidade de futura incorporação ao capital social e/ou distribuição aos acionistas, o saldo desta reserva, em conjunto com as demais reservas de lucros, não poderá ultrapassar o capital social, sob pena de capitalização ou distribuição do excesso.

d) Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de dividendos mínimos obrigatório de 25% do resultado ajustado na forma da Lei.

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

8. Equivalência patrimonial

	<u>31/12/2024</u>
Saldo Inicial do Investimento	9.196.774
Equivalência Patrimonial	60
Redução de capital (Nota explicativa nº 7)	<u>9.196.834</u>
Saldo final do investimento	-

9. Despesas tributárias

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Emolumentos e taxas	(2.000)	(2.262)

10. Despesas administrativas

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Serviços prestados	(34.079)	(50.318)
Publicações societárias	-	(1.220)
Serviços bancários	(3)	(3)
Multas e juros de mora	-	-
Total	<u>(34.082)</u>	<u>(51.541)</u>

11. Resultado financeiro

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendimento de aplicação financeira	4.880	7.967
Atualização crédito tributário	-	40
Total	<u>4.880</u>	<u>8.007</u>

12. Imposto de renda e contribuição social

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Rendas de títulos e valores mobiliários	4.880	7.967
Base de cálculo do IRPJ	4.880	7.967
IRPJ (15%)	732	1.195
IRPJ adicional (10%)	-	-
IRPJ devido	<u>732</u>	<u>1.195</u>

Inteliplan Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em reais, centavos omitidos)

Base de cálculo da CSLL	4.880	7.967
CSLL (9%)	439	717
CSLL devida	439	717
Total de imposto de renda e contribuição social	1.171	1.912

13. Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração da Companhia tem responsabilidade global pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Riscos de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. A exposição máxima ao risco de crédito é representada pelos valores dos ativos financeiros reconhecidos no balanço patrimonial.

No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Risco de juros e taxa de câmbio

A Companhia gerencia esse risco ponderando a contratação de taxas pós-fixadas e pré-fixadas. Essas contratações estão expostas ao risco de flutuações na taxa de juros em função da parte passiva das operações de dívidas referenciadas em CDI. O saldo de caixa e equivalentes de caixa, indexados ao CDI, neutraliza parcialmente o risco de taxa de juros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, não estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.
